

ANO 4
Nº 14
OUTUBRO
NOVEMBRO
2007

Maranhão Industrial

Impresso
Especial

18061/2005-DR/MA
FIEMA-MA
CORREIOS

PARA CIMA

São Luís experimenta uma nova corrente de crescimento da construção civil

CAPITAL HUMANO
CNI vai investir R\$ 10,4 bi em educação

FORMAÇÃO DE PLATÉIA
Empresas investem na formação de público



Sistema
FIEMA

FIEMA
SESI
SENAT
IEL

Esse troféu já tem dono: nossos filhos.

+ de
96.000
reais em
prêmios



I PRÊMIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE SÃO LUÍS

Inscrições: 20/04/2007 a 21/01/2008

Premiação: 26/03/2008

Informações: 3212.3674 e 3212.3676

www.forumdesenvoltimentosustentavel.saoluis.ma.gov.br





MEIRELES JR.

Capital humano 16

Investimento de R\$ 10,4 bilhões no Sesi e Senai são uma contribuição do Sistema Indústria para o aumento da competitividade do país.

Construção civil 20

Até o final do ano, serão lançados projetos imobiliários estimados em R\$ 200 milhões.



DIVULGAÇÃO



MEIRELES JR.

Desenvolvimento 27

Conheça os principais mecanismos de desenvolvimento do governo federal para o setor industrial.

Formação de platéia 34

Projetos de música, artes plásticas, teatro, dança e literatura visam formação de público.



DIVULGAÇÃO

Maranhão Industrial

SEÇÕES

Palavra do presidente 5

Recortes 6

Entrevista 10

Estágio 30

Projeto de Lei pode disciplinar relação entre empresas e estudantes.

1.º Vice-Presidente: Francisco Sales Alencar.

2.º Vice-Presidente: Edilson Baldez das Neves.

Vice-Presidentes: Antonio Carlos Lopes Ribeiro, Benedito Bezerra Mendes, Carlos Augusto Fonseca Mendes, Cirilo José Campêlo Arruda, Edivan da Silva Amâncio, Francisco de Assis Miranda, Franklin Delano Marinho Rocha, Jair Rosignoli, Joanas Alves da Silva, Ricardo Nascimento, José Antonio Buhatem, José Augusto Batista, José de Ribamar Barbosa Belo, José Orlando Soares Leite Filho, José Raimundo Nunes Sarmento, José Ribamar Barbosa Oliveira, Júlio Rodrigues dos Santos, Mário Machado Mendes, Pedro Robson Holanda da Costa e William José Nagem.

1.º Secretário: Leopoldo Debtz Moreira de Moraes Rêgo.

2.º Secretário: Rachid Abdalla Neto.

1.º Tesoureiro: José de Ribamar Fernandes.

2.º Tesoureiro: José Ribamar Pereira.

Conselho Fiscal: José Seabra Godinho, Eduardo de Souza Leão e João Neto Franco.

Suplentes do Conselho Fiscal: Antônio Alves Barbosa, Neife Abdalla e Carlos Alberto Ferreira da Silva.

Delegados Representantes Junto à CNI:

Efetivos: Jorge Machado Mendes e Francisco de Sales Alencar.

Suplentes: Edilson Baldez das Neves e Pedro Robson. Holanda da Costa.

Presidentes dos sindicatos afiliados: Ana Ruth Nunes Mendonça, Antônio Carlos Lopes Ribeiro, Antônio José Sousa Silva, Benedito Bezerra Mendes, Edvan da Silva Amâncio, Francisco de Assis Barros Carvalho, Francisco de Assis Miranda, Joanas Alves da Silva, João Alberto Teixeira Mota Filho, João de Deus Pires Leal Neto, João Neto Franco, José Raimundo Sarmento, José Antonio Buhatem, José de Ribamar Fernandes, José Ribamar Pereira, Leopoldo Debtz Moreira de Moraes Rêgo, Luiz Fernando Coimbra Renner, Mário Machado Mendes, Nelson José Nagem Frota, Paulo Roberto Costa Nagem, Ricardo Nascimento, Ricardo Pereira Barros e William José Nagem.

Maranhão Industrial

Revista da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão - FIEMA

Av. Jerônimo de Albuquerque, S/N - Cohama

CEP 65.060-645 - São Luís-MA.

Tel: (98) 3212.1816 / 3212.1897 - Fax: (98) 3212.1804

www.fiema.org.br - maranhaoindustrial@hotmail.com

Consultor Econômico: Marco Antonio Moura da Silva

Edição: Portal da Comunicação

Editora: Cíntia Machado

Reportagem: Cíntia Machado, Luís Fernando Baíma, Ribamar Cunha, Franci Monteles e Selma Figueiredo.

Fotografia: Meireles Jr, A. Baêta, Gaudêncio Cunha e Banco de Imagens.

Capa e Editoração: Prole Comunicação

prolecomunicacao@gmail.com

Impressão: Gráfica Unigraf

CONTATO COMERCIAL:

Tel: (98) 8111.6901

E-mail: oportalda comunicacao@hotmail.com

Cartas para a redação:

Maranhão Industrial

Ao Editor

Av. Jerônimo de Albuquerque, S/N - Cohama

CEP 65.060-645 - São Luís-MA.

As opiniões contidas em artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não refletindo necessariamente o pensamento do Sistema Fiema.

AO LEITOR

Caro leitor,

Nem precisa ser um especialista no setor para verificar que São Luís está cada vez mais vertical. Basta um passeio pela cidade para perceber que o setor da construção civil está em franca expansão. A oferta de crédito e a economia estável juntaram-se ao velho e bom sonho de todo o brasileiro: ter a casa própria. As perspectivas são tão animadoras que essa mudança na paisagem urbana está atraindo não só mão-de-obra, mas também investidores de outros estados. O bom momento deve levar ainda uns cinco anos de grandes investimentos na área e a julgar por muito que ainda se tem para fazer esse período, pode ainda se estender. Mas como em toda mudança, nem tudo são flores: é preciso acompanhar o ritmo na formação de mão-de-obra e na produção de cimento, por exemplo.

Mão-de-obra qualificada também é tema desta edição, que trata da discussão sobre o Projeto de Lei 993/2007, que traz várias alterações à contratação de estagiários. Para o Sistema Indústria, a nova lei pode 'disciplinar' a relação das empresas com os estudantes e transformar o estágio de fato em um ato educativo. Para quem tem iniciativa, determinação, embasamento teórico e é empreendedor, as experiências mostram que cada vez mais as grandes empresas estão investindo na formação dos seus futuros profissionais. Por isso, quando tiver essa chance nas mãos – empresário ou estudante – não desperdice.

E se a questão da formação profissional faz parte da gestão de uma empresa, imagine então um planejamento para toda uma cidade. E é exatamente isso que a Prefeitura de São Luís está propondo, com a ajuda de vários atores, para os próximos 20 anos. O objetivo é tornar a capital maranhense inclusiva dos pontos de vista social e econômico.

E para a página de cultura, a Revista Maranhão Industrial preparou uma matéria sobre o esforço de instituições como o Sesi, do governo e de empresas para a formação de platéia para shows e espetáculos de música, teatro e artes em geral. A nossa página de memória está de volta e lá você fica conhecendo um pouco mais sobre a história da nossa indústria.

Boa leitura e bons negócios!

A editora

Francisco Sales Alencar*

Investir em educação



O setor produtivo brasileiro vive um momento auspicioso. Os indicadores da economia são bastante positivos, sinalizando para 2008 crescimento ainda maior e perspectiva de geração de mais emprego e renda para a população.

Para acompanhar esse crescimento, é necessário, entretanto, que as bases para dar sustentação ao contínuo processo de modernização do setor produtivo sejam consolidadas. E nada mais fundamental para o país que se investir em educação.

É com essa visão de futuro, de preparar mão-de-obra qualificada para atender as demandas do mercado de trabalho, que a Confederação Nacional da Indústria (CNI) lançou o programa Educação para a Nova Indústria, que em nível nacional é um desdobramento do Mapa Estratégico da Indústria: uma visão sobre o futuro do país até 2015.

Um programa audacioso, não somente pelo volume de recursos que será aplicado – R\$ 10,4 bilhões -, mas pela proposta de expandir a oferta de oportunidades para a formação de mão-de-obra qualificada em todo o país.

No período 2007/2010, o Sistema CNI, Federações de Indústrias e Departamentos Regionais do Sesi e do Senai nos 27 estados e o Distrito Federal, estarão irmanados, de mãos

dadas, para se atingir a meta de gerar 16,2 milhões de matrículas. Para isso, serão feitos investimentos maciços em ações estruturantes, quer seja na formação continuada de todos os docentes, técnicos e gestores; na atualização e modernização da rede física e tecnológica em unidades do Sesi e do Senai e em inovação.

1º de novembro de 2007 foi uma data histórica para o Sistema Federação das Indústrias do Maranhão (FIEMA), pois marcou, no âmbito estadual, o lançamento do programa Educação para a Nova Indústria e o início de um grande desafio a ser conquistado: a oferta de 81.686 matrículas pelo Senai e de 26.245 matrículas pelo Sesi, até o ano de 2010, proposta que é a realização de objetivos contidos no Plano Estratégico de Desenvolvimento Industrial do Maranhão.

O lançamento foi voltado, num primeiro momento, para um importante formador de opinião: a imprensa maranhense, nossa Parceira Cidadã, que terá papel relevante nesse processo de informar à sociedade a concepção desse grandioso programa voltado para o desenvolvimento sustentável do país.

Com o apoio da imprensa e dos nossos colaboradores, não temos dúvidas do sucesso do programa no nosso estado, bem como em todo o país. ■

**Presidente em exercício da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão.*

CUSTO DA CONSTRUÇÃO

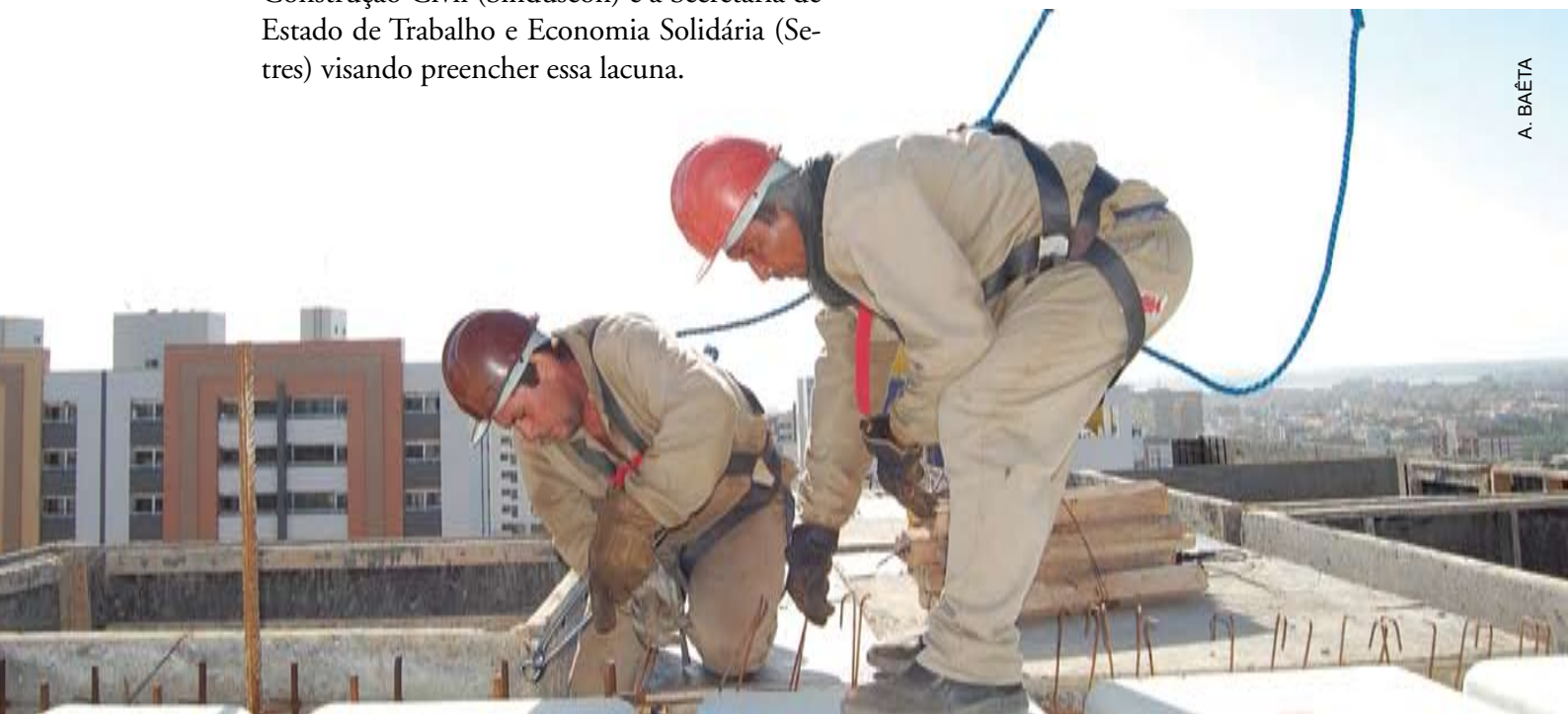
O Índice Nacional da Construção Civil de outubro, da Fundação Getúlio Vargas (FGV) teve uma variação de 0,43%. O custo por metro quadrado no país passou de R\$ 595,68, em setembro, para R\$ 598,27, sendo R\$ 343,97 relativos aos materiais e R\$ 254,30 à mão-de-obra. No Maranhão, o custo médio do metro quadrado ficou em R\$ 560,64, o terceiro maior valor registrado no Nordeste, só atrás da Bahia, cujo valor foi de R\$ 589,18, e de Alagoas, R\$ 598,41.

CONSTRUÇÃO CIVIL ▼

Apesar do crescimento experimentado pela construção civil no estado, um levantamento realizado pelas construtoras confirmou que de cada 50 trabalhadores do setor, 30 não são do estado. O Senai Maranhão já oferece 20 cursos na área, mas reconhece que o setor tem muitas especificidades que demandam outro tipo de formação. Um convênio será firmado entre a instituição, Sindicato das Indústrias da Construção Civil (Sinduscon) e a Secretaria de Estado de Trabalho e Economia Solidária (Setres) visando preencher essa lacuna.

EMPREGOS FORMAIS

Maranhão está entre os sete estados que vêm registrando em 2007 a maior expansão de vagas formais da história, de acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). No acumulado dos nove primeiros meses deste ano, estes estados tiveram a maior expansão de vagas celetistas em mais de duas décadas. Ainda que a expansão tenha sido verificada em todos os setores, os segmentos de Serviços e Indústria de Transformação lideram as estatísticas em todos os sete estados. No Maranhão, o saldo de 16.250 empregos é 17% superior ao do mesmo período do ano passado. A área de Serviços apresentou o maior saldo (4.619 vagas), seguido pela Indústria de Transformação (3.088), Agropecuária (2.933) e Comércio (2.697).



MAIOR EXPORTADOR

A Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap) lançou em novembro o edital para arrendamento do primeiro dos cinco lotes do Terminal de Grãos do Maranhão (Tegram), a ser construído no Porto do Itaqui, em São Luís. O terminal de grãos terá grande impacto para o escoamento da produção, principalmente soja, de produtores do Maranhão, Tocantins, Piauí, Goiás, Mato Grosso e Sul do Pará. O custo total do projeto está estimado em R\$ 75 milhões. Quando estiver com sua capacidade plena de operação, o Tegram movimentará cerca de 12 milhões de toneladas de grãos anualmente, o que dará ao Porto do Itaqui a condição de maior exportador de grãos do agronegócio brasileiro.

FERROVIA NORTE-SUL ▶

Em outubro, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) venceu o leilão para exploração comercial de 720 quilômetros da ferrovia Norte-Sul (FNS), compreendendo a linha ferroviária que ligará Açailândia, no estado do Maranhão, a Palmas, no estado de Tocantins. O valor pago pela Companhia será de R\$ 1,4 bi e investimentos até 2010 na ordem de R\$ 66 milhões em infra-estrutura da ferrovia (sinalização, oficinas, postos de abastecimento etc.). A CVRD será responsável pela operação, conservação, manutenção, monitoramento, melhoramentos e adequação da FNS durante 30 anos. Depois de concluído, o projeto viabilizará a exportação de soja, arroz e milho produzidos na região Centro-Norte do Brasil; o desenvolvimento portuário do Maranhão e a criação estimada de 50 mil empregos.

CRESCIMENTO INDUSTRIAL

A Federação das Indústrias, a Assembléia Legislativa, o Consórcio de Alumínio do Maranhão, a Companhia Vale do Rio Doce, a FAE-MA, FECOMERCIO, SINC e FAPCEN estão juntos em um projeto que visa o adensamento da cadeia produtiva do alumínio e do minério de ferro para atração de novos investimentos e geração de mais empregos diretos e indiretos. Foi assinado convênio para realização de três projetos que constam no Plano Estratégico de Desenvolvimento Industrial do Maranhão: Expansão e industrialização do alumínio, Irradiação da siderurgia e Industrialização e beneficiamento de grãos.





◀ DVD SÃO LUÍS

Produzido pela Prole Filmes, o documentário “São Luís do Maranhão” já registrou vendas de mais de 1 000 unidades, se somadas somente as cópias em DVD disponibilizadas para o mercado de varejo, formado por bancas de revistas e locadoras. Tendo como tema a história da cidade e a formação de seu povo, o documentário traz em meio a cenários exuberante de formações naturais e de arquitetura secular, imagens raras de arquivos particulares e de instituições históricas, além de cenas impressionantes de manifestações religiosas, culturais e folclóricas. No conjunto, uma bela peça a ser aproveitada pela indústria do turismo, com potencial sonhado mas ainda pouco explorado pelo segmento local.

MERCADO DE TRABALHO

A pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulga no início deste mês e intitulada “Demanda e perfil dos trabalhadores formais no Brasil em 2007” mostra que a indústria de transformação e extrativa mineral é o setor em que mais falta gente qualificada. A estimativa do Ipea é que a carência é de quase 117 mil pessoas este ano, o que equivale a 26,2% dos empregos anualmente criados neste setor. A dica é para que os profissionais fiquem atentos à demanda de suas cidades e estados. Os números também indicam a necessidade de sistemas mais eficientes de qualificação de mão-de-obra em todos os segmentos da economia.

MARANHÃO DO SUL

A criação do Maranhão do Sul, proposta que visa dividir o estado, voltou a ser tema de discussão da classe empresarial. O Conselho Regional de Economia (Corecon-MA) e o Departamento de Economia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) realizaram o I Fórum Maranhense de Economia com a temática: “A criação do estado do Maranhão do Sul e seus impactos sobre a economia maranhense”. O senador Edison Lobão (PMDB) e o deputado Sebastião Madeira (PSDB), autores de dois projetos com tal proposta, foram convidados a falar sobre o assunto. O desmembramento dos municípios da região Sul terá impacto sobre a receita, a dívida, a infra-estrutura, a educação, a saúde, além de trazer impactos sobre os setores produtivos.

FORTALECIMENTO SINDICAL

No 2º Encontro Nacional da Indústria, ocorrido em outubro, representantes de sindicatos locais levaram à Brasília a experiência do Sistema Indústria no Maranhão de fortalecimento sindical. O programa, coordenado pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL), conta com ações de capacitação, consultorias, promoção de feiras, além de outras atividades.

BANCO QUILOMBOLA ▼

Alcântara foi a primeira cidade brasileira a receber um Banco Popular Quilombola. Criado por meio de uma parceria do Ministério do Trabalho com a Secretária do Trabalho do Maranhão, o Banco Popular do Brasil e a comunidade quilombola local, o banco comunitário fará empréstimo aos descendentes de escravos com juros que não ultrapassam 2% ao mês. A meta do ministério é criar, em 2008, mais 20 agências em outras comunidades do país com o objetivo de aquecer o comércio local com a disponibilidade de crédito. A moeda foi batizada de Guarã e já pode ser usada em comércios da cidade.

INTERCÂMBIO ESTUDANTIL

Em visita ao estado e à FIEMA, o embaixador do Vietnã no Brasil, Nguyen Thac Dinh, e o conselheiro da embaixada, Vu Thanh Nam, demonstraram interesse em fortalecer as relações comerciais com o Maranhão, especialmente em áreas como soja, móveis, couro, madeira, artesanato, biodiesel, além de intercâmbio cultural e estudantil.

PRÊMIO BITEC

O projeto “Gestão Empreendedora Sustentável: de Olho no Futuro”, desenvolvido por Luciana Farah e orientado pelo professor Clézio Amorim, foi o vencedor do Prêmio BITEC. Desenvolvido na Oficina Mecânica Dois Irmãos, o projeto teve como foco a adoção de mecanismos de inovação e controle de negócio, tendo em vista a superação das dificuldades que impediam o crescimento e sustentação da empresa no mercado local. O BITEC (Bolsa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico) é uma iniciativa realizada pelo IEL, desde 1997, através do Núcleo de Estágio e Bolsas, para incentivar projetos que contribuam para equacionar as questões levantadas pelas empresas participantes, disseminando a pesquisa tecnológica no setor produtivo.



“Inclusão social e econômica”

Por Cíntia Machado

Em quase 400 anos de história, a cidade de São Luís recebe pela primeira vez do poder público municipal um planejamento de longo prazo, um trabalho articulado com a iniciativa privada e instituições de fomento para os próximos 20 anos. A iniciativa, com ações nas dimensões social, cultural, de captação de recursos, inovação tecnológica, econômica, ambiental e de participação e controle social visam preparar São Luís para receber grandes investimentos nessas áreas para crescer de maneira socialmente justa e ambientalmente correta. Em entrevista à Revista Maranhão Industrial, a Secretária Municipal de Planejamento e Desenvolvimento da Prefeitura de São Luís, Tati Palácio, defende que a ‘receita do sucesso’ é simples, mas o principal entrave na análise dela é que, ao contrário da iniciativa privada, é muito difícil manter a continuidade nas políticas públicas. Para ela, São Luís está totalmente preparada para crescer como uma cidade competitiva, tecnológica, turística e com qualidade de vida. “Estamos trabalhando para conseguir aliar crescimento com inclusão social e econômica”, ressaltou.



Revista Maranhão Industrial - Não é comum vermos o poder público municipal realizando planejamento econômico de longo prazo, uma tarefa há muito atribuída ao governo federal e à iniciativa privada. Em linhas gerais, quais são as bases desse trabalho?

Tati Palácio - Esse documento é preliminar. Foi realizado com a colaboração de vários stakeholders de dentro e fora do estado. Em março de 2008, as indicações contidas nele serão consolidadas, transformando-se em um documento que é o indicativo das ações governamentais e privadas, com as dimensões cultural, social, ambiental, econômica, captação de recursos, tecnológica, participação e controle social. Uma vez que isso vire lei, o Município manterá o mesmo direcionamento mesmo com a mudança de prefeito. O planejamento estratégico é o que há de mais moderno no mundo para as cidades que querem se desenvolver verdadeiramente. Ele não é algo estático, daí a necessidade do Fórum de Desenvolvimento Sustentável. Aqui não se trata das ações apenas da Prefeitura de São Luís, mas de todos os atores que pensam o desenvolvimento sustentável da cidade.

MI - Uma das dimensões trabalhadas no planejamento é

a captação de recursos de fontes diversas para o financiamento de políticas públicas. Sabe-se que do total de recursos disponibilizados pelo BNDES para o Maranhão, por exemplo, metade não foi acessado por não cumprir a exigência básica de um projeto bem elaborado. Como vencer essa e outras dificuldades, como a garantia de transparência na

“É preciso um grande líder com capacidade, um plano e a adesão de todos. Mas é difícil encontrar um líder que esteja livre das vaidades”.

utilização de recursos públicos e a gestão de projetos?

TP – Isso pode ser uma meta a alcançar, partilhada por todos nós para entender qual a razão pela qual não conseguimos atrair esses investimentos. É preciso capacitação, interação com políticos, transparência com a comunidade na utilização dos recursos? Essa é uma realidade do Nordeste. Não tínhamos equipes

especializadas em elaboração de projetos nem articulação das linhas de financiamento com as definições políticas para que isso aconteça. Ainda somos muito retrógrados na maneira de fazer política aqui e isso tem que acabar porque político tem que estar a serviço das políticas públicas. Isso já não acontece no Sul do país. São Luís vai ao lado de Fortaleza e Porto Alegre brigar por recursos do Banco Mundial no Peru. Ter qualificação e rede de contato é fundamental. No PNAFM viramos recordistas em apresentar projetos no menor tempo e assim vamos ganhando credibilidade. Essa realidade está sendo mudada e São Luís já é a quinta capital do Brasil para se instalar empresas.

MI - Levada em consideração a importância da capital para o desenvolvimento do estado, como transformar ‘potencial’ produtivo em algo ‘real’?

TP – O primeiro passo é ter um diagnóstico da situação e nós já temos. O segundo é um plano de ação, com cronograma e equipe que monitore e cobre resultados. Essa é a receita de sucesso. Acabei de vir da Austrália, 14ª economia do mundo, que mudou o jogo em menos de 20 anos. É preciso um grande líder com capacidade, um plano e a adesão de todos. Mas é difícil encontrar um líder que esteja livre das vaidades. Não conheço um evento de caso de sucesso que esses três aspectos não tenham sido levados em consideração.

MI - Entre os fatores críticos de sucesso está a oferta de educação em todos os níveis, incluindo o ensino profissionalizante, área em que os municípios também não têm tradição. Como garantir isso?

TP – Como o Município só tem que se preocupar com o Ensino Fundamental, podemos trabalhar isso através de outras linhas de ações. Temos obrigação de criar as bases para uma boa qualificação profissional. Empreendedorismo e inclusão digital já fazem parte desse esforço. Aqui entram as universidades, a indústria, o comércio. É preciso captar recursos para se trabalhar isso de forma expressiva. Todos os grandes projetos da prefeitura têm uma linha especial de qualificação profissional para que a população que será beneficiada pelo serviço possa participar da sua implantação com o fornecimento de mão-de-obra. Podemos estabelecer como regra geral que todos que aqui venham se instalar dediquem uma fatia

dos recursos para capacitação. Essa é uma forma de se ter mais impacto.

MI - Quando o assunto é inovação tecnológica, que setores produtivos serão priorizados e por quê? Como se dará a interação dos centros de pesquisa com a indústria com o objetivo de tornar viáveis para o mercado estudos acadêmicos?

TP - Ação concreta que nós já temos juntos com o governo do estado e o SEBRAE, Instituto de Cidadania Empresarial, montamos o Points (Pólo de Inovação Tecnológica de São Luís). O grande diferencial da Austrália, que citei ainda há pouco, é que eles trabalham com alta tecnologia, gerando valor agregado. Queremos um setor capaz de gerar mão-de-obra qualificada e de abrigar empresas tecnológicas em todas as áreas. Queremos nos tornar uma cidade competitiva para exportação. Queremos produzir soluções.

MI - O plano destaca como vocações locais atividades como

agricultura, artesanato, folclore, carcinicultura, piscicultura, apicultura e ecoturismo, mas deixa de lado setores industriais como construção civil e minero-metalurgia, considerados prioritários pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento Industrial do Maranhão, encabeçado pela Federação das Indústrias desde 2004. Como o Poder Público Municipal vê o aspecto industrial dentro da dimensão econômica já traçada?

TP – Quando fechamos o projeto com o Banco Mundial, que inicialmente estava previsto para a Bacia do Bacanga, agora chama-se “Melhoria da Governança Municipal e da Qualidade de Vida do Município de São Luís”, que contempla o turismo e setor minero-metalurgia e portuária. É comum o poder local pensar menor. Quanto mais significativo é o projeto, mais recursos e infra-estrutura são necessários. O Poder Público Municipal não podia pensar nisso sozinho. Queremos ser o orquestrador desse processo e trabalhar esse setor como um dos mais importantes para São Luís. Faremos isso com o Porto do Itaqui, o governo do estado, a FIEMA, a classe política, universidades e iniciativa privada, Banco Mundial etc. A pressão exercida por uma agenda como essa gera resultados mais rápido. A diretriz está definida. Vamos estabelecer as metas levando em consideração o meio ambiente.

MI – São Luís está vivendo





um boom no setor da construção civil, uma das atividades industriais mais importantes para o estado. Por que o planejamento municipal não previu isso?

TP – Pensamos na capacitação para obras de ampliação de grandes empresas como Companhia Vale do Rio Doce e Alumar, mas não temos o controle disso e nem dos recursos. Precisamos novamente juntar as forças para que isso aconteça.

MI - A utilização do gás natural pelas siderurgias está posto como uma alternativa ambiental ao uso do carvão vegetal. Vários poços de exploração de petróleo e gás vêm sendo colocados em leilão pela Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP) e arrematados por investidores. No entanto, não há licença dos órgãos ambientais autorizando a atividade. Como resolver esse impasse?

TP – Essas soluções burocráticas só podem ser conseguidas com o diálogo. Não acho que de

“São Luís está totalmente preparada para crescer em termos de PIB, como uma cidade competitiva, tecnológica, turística e com qualidade de vida”.

imediatamente nenhum projeto tenha que ser rechaçado ou acolhido. É preciso pensar no custo/benefício. Em alguns lugares, apenas uma indústria já seria a ‘salvação’, mas precisamos pensar que tipo de indústria queremos. São Luís é uma ilha e não pode esgotar os seus recursos, mas por outro lado as empresas hoje têm uma série de recursos para minimizar os impactos decorrentes de sua produção.

Não existe uma solução única e uma resposta pronta.

MI - Uma das propostas do planejamento é incentivar os micro empreendimentos com uma política tributária considerada ‘flexível’. O que isso significará na prática?

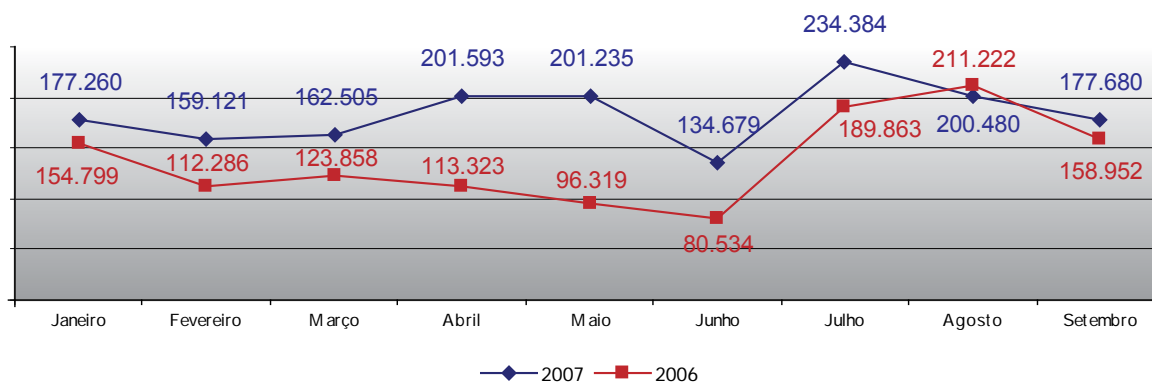
TP – As leis são tão rigorosas hoje que é praticamente impossível qualquer município trabalhar com redução de ISS (Imposto Sobre Serviço). Para cada diminuição é preciso prevê como vamos compensar a receita perdida. A Lei de Responsabilidade Fiscal, por exemplo, não permite ampliar o quadro de efetivos. Muitas políticas não conseguem acontecer.

MI - Para finalizar, o que se pode esperar de São Luís, dos pontos de vista econômico e social em 2026?

TP – São Luís está totalmente preparada para crescer em termos de PIB (Produto Interno Bruto) como uma cidade competitiva, tecnológica, turística e com qualidade de vida. Estamos trabalhando para conseguir aliar crescimento com inclusão social e econômica. O serviço público na cidade é cada vez mais respeitado. Podemos esperar que se as próximas administrações seguirem essa mesma linha, São Luís terá um crescimento vertiginoso. A quantidade de veículos; empreendimentos imobiliários; prioridade dos Bancos do Brasil, Mundial e BNDES sendo São Luís são alguns dos indicadores de que a cidade é um bom lugar para se investir. ■

Exportações do Maranhão chegam a quase US\$ 1,7 bi

Maranhão - Exportações de Janeiro a Setembro de 2006/2007
Em US\$ 1.000 fob



Fonte: SECEX/AliceWeb; Elaborado: FIEMA/CIN

Após os nove primeiros meses de 2007, o Maranhão atinge a marca de US\$ 1,648 bilhão em produtos exportados. É uma marca histórica para o estado, já que cifra de tal amplitude só foi registrada em 2006 – ano com maior índice de exportações já obtido até então –, a partir do mês de novembro. A curva das exportações maranhenses durante o corrente ano, mesmo com todos os embargos ocasionados pelo câmbio valorizado, manteve-se, quase que em sua totalidade, acima da média de 2006.

Como fatores que influenciaram significativamente para o alcance desta marca, encontram-se o aumento da demanda por parte dos principais compradores no que concerne ao minério de ferro, ferro gusa, alumínio e soja, além da comercialização realizada com novos países, a saber: Turquia, Ilhas Virgens, Coreia do Norte e Mauritânia.

No entanto, apesar destes produtos exportados em grande quantidade merecerem destaque, outros que se figuram ao longo da faixa mediana da pauta: como o algodão – com acréscimo do dobro do valor exportado no registro de 2006 –, couros – aumento também superior a 100% – e o farelo da soja, o qual não foi exportado durante todo o ano de 2006. Além destes, o óleo extraído do babaçu também registrou aumento significativo – em torno de 55% em relação ao período janeiro-setembro de 2006.

Na parte inferior da pauta têm-se produtos outrora mais tradicionais, como os móveis e os oriundos da indústria de papel e celulose. Dentre estes, os móveis ainda contribuem, ainda que através de um valor inferior a US\$ 1.000. Os produtos obtidos da indústria celulósica não registraram qualquer tipo de valor. ■

Nota: Todas as quantias apresentadas são valores FOB, disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC.

CAPITAL HUMANO

Baixo nível de escolaridade é um dos grandes limitadores do crescimento econômico

Somente 18,3% do total das pessoas que procuram por trabalho no Brasil apresentam condições adequadas para imediatamente atender ao perfil dos empregos atualmente abertos no país e a maior carência está no setor industrial, com déficit de 34%. A conclusão está no estudo 'Demanda e Perfil dos Trabalhadores Formais no Brasil em 2007', do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), divulgado este mês. Uma outra pesquisa, desta vez da Fundação Getúlio Vargas (FGV) - "Miséria, Desigualdade e Política de Renda: o Real do Lula" - dá conta de que para ter uma política social mais igualitária o país precisa reforçar o lado estrutural de políticas compensatórias, como Bolsa Família, com incentivos à demanda por acumulação de capital humano combinadas com políticas estruturais tradicionais associadas, a exemplo da educação e da saúde. De olho nessa realidade e considerando que a educação é 'um pilar para o desenvolvimento sustentável do Brasil, fonte de crescimento e uma das bases da elevação da produtividade', é que a Confederação Nacional da Indústria (CNI) lançou a proposta do programa "Educação para a Nova Indústria", que no período de 2007-2010 irá investir 10,4 bilhões em educação básica, continuada e profissional.

DIVÓRCIO

O perfil profissional detectado pelo Ipea, que aponta aspectos como cor/raça, sexo, idade e tipo de ocupação, também leva em consideração os anos de estudo do profissional. O mercado registra que as vagas são, na maioria das vezes, para pessoas que têm pelo menos entre 8,2 a 13,1 anos de escolaridade.

Vale dizer que, de acordo com dados do Ministério da Educação (MEC), no Brasil 41% das pessoas não conseguem terminar o Ensino Fundamental; dos que terminam, apenas 40% concluem o Ensino Médio e cerca de 7% chegam à universidade. Nesse sentido, uma das metas da Confederação, por meio do trabalho do Serviço Social da Indústria (Sesi), é promover a conclusão do Ensino Fundamental de 40% da força de trabalho da indústria, que hoje é analfabeta ou tem menos de oito anos de escolaridade, o equivalente a 102 milhões de trabalhadores.

Ao mesmo tempo em que nas regiões Sudeste (17.868 vagas ociosas) e Nordeste (135.026), as mais populosas, sobram profissionais capacitados para ocupar vagas formais no mercado de trabalho, os maiores estoques de trabalhadores com baixa ou sem qualificação e experiência profissional também estão nessas

regiões. No Maranhão, de acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), o crescimento das vagas com carteira assinada foi de 17% em relação ao mesmo período do ano passado e a indústria responde pela segunda maior demanda, atrás apenas do setor de serviços.

Mas é nítido o 'divórcio' entre algumas especialidades requeridas na construção civil, por exemplo - que apresenta um crescimento animador no estado - e a formação profissional dos candidatos. Esse descompasso tem levado à contratação de mão-de-obra de outros estados. E é justamente no setor da construção civil onde haverá um dos maiores índices de absorção de mão-de-obra sem qualificação, seguido da agro-

pecuária e extrativa vegetal e animal, em todo o Brasil.

RESPOSTA

O aumento do grau de escolaridade dos trabalhadores da indústria, pelo Sesi, e a capacitação profissional desse contingente, pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) são os principais pilares do programa lançado pelo Sistema Indústria. O programa significará um incremento de cerca de 30% no atendimento à educação profissional pelas redes do Sesi e Senai.

Os objetivos principais são a elevação da escolaridade básica, da educação continuada e da capacitação profissional para os trabajado-

PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA

Ação	Metas (2007 - 2010)
Educação Básica de Jovens e Adultos	2.306.000 conclusões
Educação Básica de Crianças e Jovens	848.000 matrículas
Educação Continuada	4.000.000 matrículas
Atualização de recursos didáticos	830.000 livros 510 laboratórios de ciências
Inclusão Digital	28 mil computadores
Formação inicial e continuada de trabalhadores	8.607.132 matrículas
Educação profissional técnica de nível médio	482 mil matrículas
Educação Superior	32.690 matrículas
Competências Transversais	1.000.000 matrículas
SENAI 24 horas	100 mil matrículas Implantação em todos os DRs
SENAI Itinerante	120 mil matrículas
SENAI Didática	Produção de 300 novos Kits didáticos
Ação	Total de Matrículas (2007 - 2010)
Educação Básica e Profissional	16,2 Milhões
Ação	Orçamento Mobilizado (2007 - 2010)
Educação Básica e Profissional	R\$ 10,450 Bilhões



res da indústria; o atendimento das demandas de formação de recursos humanos, em regiões industriais já conhecidas ou em novos pólos; reformulação das metodologias de ensino e conteúdos educacionais e o reaparelhamento da infra-estrutura existente; além da previsão de uma demanda adicional de 500 mil novos técnicos, com diferentes formações, até 2010, para atender um ritmo mais acelerado de crescimento. No país, o programa está associado ao Mapa Estratégico da Indústria e no estado integra o Plano Estratégico de Desenvolvimento Industrial.

Juntos, o Sesi e o Senai calculam atender 16,2 milhões de matrículas no período, sendo 7,1 milhões na educação básica e continuada e 9,1 milhões na educação profissional. Na prática haverá expansão e diversificação da oferta de educação básica, continuada e profissional ajustada às necessidades atuais e futuras da indústria; modernização, otimização e adequação da infra-estrutura física das escolas e laboratórios; flexibilização no formato e metodologias de atendimento às demandas educacionais da indústria; capacitação de docentes, técnicos e gestores em tecnologias e gestão dos processos educacionais.

Algumas das novidades dessa força-tarefa passam pela escola em tempo integral, com incentivo à leitura, aprendizagem de novos

idiomas e inclusão digital; enriquecimento do capital cultural dos alunos, com acesso a livros não didáticos, jornais, revistas, cinema, teatro e visita a museus; Senai 24 Horas, com flexibilização da carga-horária e adequação ao tempo livre do trabalhador, além do Senai Itinerante, para atender por meio de ações móveis à crescente interiorização da indústria, necessidade de novas tecnologias educacionais e atendimento a demandas reprimidas em áreas de difícil acesso.

Nas unidades do Sesi no Maranhão estão previstas 26.245 matrículas na educação básica, sendo 14.533 para atendimento a crianças e jovens e 11.712 para jovens e adultos. No mesmo período, de 2007 a 2010, as unidades do Senai no estado abrirão 78.001 matrículas para formação inicial e continuada de trabalhadores e 3.685 para educação profissional de nível técnico, totalizando 81.686 matrículas.

Será ainda investido R\$ 1,6 milhão em infra-estrutura do Senai visando a reestruturação das unidades da capital e do interior, implementação de laboratórios de calibração, implantação do Núcleo de Meio Ambiente e das Unidades Operacionais de Balsas e Itaqui – Bacanga, além da certificação ISO 9000 do Departamento Regional e de todas as unidades. O objetivo é adequar a oferta de cursos e serviços às demandas atuais e futuras das empresas. ■

SESI

CURSOS / PROGRAMAS	Matrículas (2007-2010)
Educação Básica de Crianças e Jovens	14.533
Educação Básica de Jovens e Adultos*	11.712
Total	26.245

SENAI

CURSOS / PROGRAMAS	Matrículas (2007-2010)
Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores	78.001
Educação Profissional Técnica de Nível Médio*	3.685
Total	81.686

Cresce
NORDESTE

Prática Sinalização
João Pessoa-PB

Cresce
NORDESTE

Aço Cearense
Caucaia-CE

Cresce
NORDESTE

Distribuidora de Lentes Visual
Aracaju-SE

O Cresce Nordeste está em lugares que você nem imagina.

A história do Cresce Nordeste é a história do crescimento e do sucesso de muitos nordestinos. E faz parte da maior democratização de créditos que o Brasil já viu. Para você participar deste desenvolvimento, o Banco do Nordeste está disponibilizando **mais de 5 bilhões de reais em recursos para investimentos a curto, médio e longo prazos, com juros ainda menores para os mais diversos setores.** Cresce Nordeste. Transformando a sua história. Transformando a história do Brasil.



Ministério da
Integração Nacional

**Banco do
Nordeste**



Cliente Consulta: 0800 728 3030 • clienteconsulta@bnb.gov.br • www.bnb.gov.br



PARA

Por Ribamar Cunha

A cidade de São Luís está sendo “invadida” por grandes empresas do setor de construção civil do país, especialmente de São Paulo, que enxergaram na capital maranhense um importante nicho de mercado a ser explorado. Um *boom* que está movimentando a economia local como nunca se viu nos últimos anos.



CIMA!

Até o fim do ano, as construtoras de fora e as empresas locais estarão lançando empreendimentos que somam mais de R\$ 200 milhões. Dois anos atrás, com o mercado de São Luís dependente basicamente do financiamento do Programa de Arrendamento Residencial (PAR), o volume de imóveis produzidos não ultrapassava 2 mil/ano. Até janeiro de 2008, deverão ser lançadas 4,5 mil imóveis na planta.



Somente a incorporadora Inpar, a primeira a “invadir” São Luís, por meio de parceria com a empresa local Meta Participações e que reúne no seu portfólio o maior número de metros quadrados entregues em São Paulo, tem planos de investir R\$ 81 milhões no mercado imobiliário da capital.

São Luís está vivenciando hoje um *boom* na construção civil que já aconteceu nas principais capitais nordestinas, a exemplo de Salvador, Recife e Fortaleza. “Agora chegou a vez de São Luís experimentar esses investimentos no setor imobiliário”, observa o secretário municipal de Terras, Habitação, Urbanismo e Fiscalização Urbana (Semthurb), Roberto Furtado.

A Inpar, assim como a Gafisa, Abyara, Alphaville, entre outras, não vieram se aventurar no Maranhão. Antes de tomarem a decisão de investir no estado, fizeram estudos de mercado, avaliaram as possibilidades de firmar parcerias com as construtoras locais e se havia uma demanda reprimida para imóveis dirigidos a todos os tipos de padrões de renda.

“Enxergamos no Maranhão uma demanda reprimida por lançamentos de produtos diferenciados, quer seja pelo seu estilo, tipo, concepção, como pela forma de pagamento apresentada ao cliente”, explica o diretor de Lançamentos e Vendas da empresa, Sérgio Delgado Pardal.

É lógico que fatores externos também influenciaram nessa decisão, tais como o crescimento do turismo na região nordestina, estabilidade da economia, maior participação dos bancos privados em oferta de crédito no setor habitacional, aumento no prazo dos financiamentos para até 30 anos e redução nas taxas de juros.

Para se ter uma idéia do momento favorável da economia brasileira ao setor da construção civil, para este ano, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), estão previstos R\$ 27,5 bilhões de investimentos em habitação.

Desse montante, R\$ 17,2 bilhões estão no orçamento da Caixa Econômica Federal, maior financiadora de habitação no país. A diferença R\$ 10,3 bilhões é de responsabilidade dos bancos privados, que finalmente estão aplicando recursos maciços nessa área.

Somente o Bradesco pretende investir até o fim do ano R\$ 3 bilhões no financiamento de unidades habitacionais. O Santander, outra instituição privada, já havia aplicado R\$ 1,5 bilhão de sua carteira de habitação até o primeiro semestre deste ano.

Com a entrada forte dos bancos privados no setor habitacional, para não perder mercado, a Caixa Econômica reduziu os juros do financiamento e elevou os prazos dos contratos de 20 para 30 anos. Mesmo caminho que foi tomado em seguida pelas instituições privadas.

“Todos esses fatores contribuíram para que os investidores apostassem no potencial do estado”, diz o presidente do Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Maranhão (Sinduscon), João Alberto Mota Filho.

Com a experiência de quem acompanha o termômetro desse mercado, João Mota Filho acredita que esse grande momento da construção civil maranhense deve se estender por no mínimo cinco anos. “As empresas estão apostando nesse mercado, o que resultará em geração de milhares de empregos, na formalização dos postos de trabalho e no preenchimento dos vazios urbanos existentes em São Luís”, afirma o presidente do Sinduscon.

O secretário municipal de Terras, Habitação, Urbanismo e Fiscalização Urbana (Semthurb), Roberto Furtado, concorda com o raciocínio de João Mota, de que o crescimento da construção civil poderá resultar no preenchimento de muitos vazios urbanos, de modo que no futuro possa se utilizar a infra-estrutura urbana da cidade – vias públicas, iluminação, transporte, coleta de lixo, água e esgotamento sanitário - de forma mais otimizada.

O grande desafio será fazer com que esse crescimento urbano seja acompanhado principalmente da infra-estrutura de água e esgoto. A Companhia de Águas e Esgoto do Maranhão (Caema) está buscando recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para desenvolver projetos que atendam as demandas futuras da cidade.

CORREDORES

As empresas de fora estão de olho no “filé” que são os grandes corredores urbanos de São Luís que ainda dispõem de enormes áreas a serem exploradas, a exemplo do Olho D’água, as avenidas São Luís Rei de França, Jerônimo de Albuquerque e Holandeses, chegando até o Araçagy, o mais novo nicho do mercado imobiliário.

E foi exatamente no Araçagy que a empresa paulista Alphaville Urbanismo encontrou o lugar ideal para instalar seu primeiro projeto imobiliário na Ilha de São Luís, trazendo um conceito de moradia que alia lazer, serviços, segurança, preservação ambiental, paisagismo e sistema de autogestão. O investimento no projeto, desenvolvido em parceria com a construtora Planc, será de R\$ 22 milhões.

Roberto Furtado vê no corredor que vai do retorno do Olho d’Água até a Divinéia como área potencial para a construção de imóveis residenciais. O mesmo observa em relação ao Araçagy, que também pode se tornar favorável à exploração de comércios de vizinhança.

Intervenções realizadas pela Prefeitura de São Luís na avenida dos Holandeses na região do Barramar visando desafogar o trânsito,

acabam por contribuir ainda mais para tornar aquela área atraente aos grandes empreendimentos imobiliários. “O poder público tem esse papel de dotar a cidade de infra-estrutura para a iniciativa privada poder investir”, assinala o secretário.

No corredor da avenida Colares Moreira, o consórcio Inpar/Meta adquiriu uma área em frente ao shopping Monumental, onde iniciou as obras de construção do Versatille Condominium, um dos dois empreendimentos residenciais lançados em junho deste ano. As duas empresas, pioneiras nesse tipo de parceria no estado, também estão construindo o Residence Garden Calhau, na avenida dos Holandeses.

Para a sócio-proprietária da Meta Participações, Maria de Lourdes Maluda Cavalcanti Fialho, a “invasão” dessas grandes empresas é bastante positiva para o mercado local, uma vez que elas abrem as portas para resolver um grande gargalo que é o financiamento, agregam com seu *know how* e tecnologias. “O que está acontecendo hoje na construção civil do Maranhão é bom para o mercado, bom para a economia



como um todo” define Maluda Fialho.

E quando o assunto é financiamento, as construtoras locais sabem como ninguém as dificuldades. Por vários anos as empresas assumiram o papel de agente financeiro, uma vez que os recursos disponíveis pela Caixa Econômica eram limitados e os bancos privados não atendiam a obrigatoriedade de aplicar 65% dos recursos da poupança no setor habitacional.

Por causa do autofinanciamento de imóveis para a classe média, as construtoras se descapitalizaram e tiveram muitas dificuldades em lançar projetos. “Com essa facilidade de crédito que temos hoje, podemos financiar a longo prazo sem ter que engessar os nossos negócios”, comemora Maluda Fialho.

Apesar de todo esse cenário favorável de acolhimento às construtoras de fora, algumas empresas locais preferem continuar trilhando sozinhas no mercado, apostando na credibilidade que conquistaram ao longo dos anos. É o caso da LN Construções, que não esquece do caso Encol, a maior construtora do país, que quebrou em 1997, com mais de 100 mil prédios erguidos ou ainda em obras, prejudicando cerca de 42 mil famílias em todo o país. Várias foram as obras inacabadas na capital maranhense.

O presidente da LN Construções, Juraci Carvalho, diz não ter nada contra que novas empresas se instalem no estado, pois estarão trazendo emprego, tecnologia e competitividade. Sua preocupação remete para os aspectos dessa parceria, ao questionar até que ponto a construtora de fora, assim que entregar determinado empreendimento e for embora, será responsável por algum problema que venha a acontecer. “Com certeza a empresa local será responsabilizada, terá que responder. Isso me preocupa como um empresário que tem responsabilidade”, alerta.

Segundo Juraci Carvalho, a LN Construções já foi sondada por várias construtoras de fora, mas recusou parceria. A empresa, presente há 20 anos no estado, tem como nicho de mercado a construção de imóveis padrão classe A.



CRESCIMENTO ESBARRA EM OBSTÁCULOS

Se o crescimento da construção civil é positivo para a economia maranhense, por outro lado esbarra em vários obstáculos, tais como a falta de mão-de-obra qualificada (desde pedreiros a engenheiros, projetistas), de saneamento e esgotamento sanitário e de insumos básicos, a exemplo do cimento. A especulação é outro fator negativo, inflacionando o mercado. Estima-se que o preço do metro quadrado nos principais corredores da cidade (áreas nobres) teve acréscimo de 50%.

Por conta do aumento dos canteiros de obras, o cimento está em falta na cidade. Mas segundo o presidente do Sinduscon, João Mota Filho, essa dificuldade não acontece somente no Maranhão. “Muitos estados têm dificuldade de comprar cimento”, afirma.

No caso do Maranhão a situação é bem mais complicada, pois depende e muito da importação de cimento para atender sua demanda de consumo. Ano passado, o estado produziu 315.813 toneladas (fabricada pela Itapecuru Agroindustrial em Codó), mas precisou importar 380.126 toneladas, pois seu consumo total chegou a 695.939 toneladas.

De acordo com dados do Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (SNIC), de janeiro a agosto deste ano o Maranhão produziu apenas 199.660 toneladas de cimento, enquanto o consumo no período chegou a 504.541 toneladas. Para compensar o déficit, o estado importa o insumo da Paraíba, do Distrito Federal e do Ceará.

A falta de cimento no mercado está afetando o preço do produto. A saca de 50 quilos que custava em média R\$ 21,00 está sendo comercializado na cidade por até R\$ 38,00. Indústria, revendedores e governo estão discutindo o porquê da grande elevação de preço, que no final das contas acaba por prejudicar o consumidor, que é quem paga mais caro. O que é colocado como um problema também pode ser encarado como uma excelente oportunidade de investimento na cadeia da construção civil do estado. A Federação das Indústrias aponta no Plano Estratégico de Desenvolvimento Industrial, por exemplo, o projeto de ‘Expansão e diversificação da produção de cimento’ como uma prioridade.

Além da questão do cimento, as empresas da construção civil estão tendo dificuldade de encontrar profissionais especializados para tocar seus projetos imobiliários. Em São Paulo, a situação está crítica. Em São Luís, não será diferente, aposta o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Maranhão (Crea).

Segundo o presidente do Crea, Raymundo José Aranha Portelada, existem 15 mil profissionais de nível superior e médio atuando nas áreas de engenharia e arquitetura. Mas, ele disse que há um déficit de pelo menos 7 mil profissionais especializados nas áreas de meio ambiente, segurança do trabalho, gerenciamento de obras e de projetos. “As empresas estão tendo que trazer profissionais de fora”, lamenta.

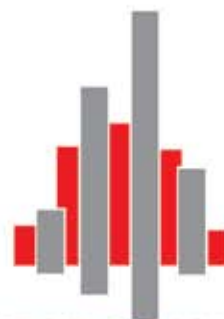
O Crea tem um papel fundamental na construção civil, pois todo projeto imobiliário deve ser obrigatoriamente registrado na entidade, o que garante a qualidade da obra, segurança e economia.

O SINDUSCON-MA está ABRINDO PORTAS para realização de sonhos



Em dois anos, o SINDUSCON-MA revolucionou o setor imobiliário através do projeto Casa da Gente. Mais de 5 mil moradias estão sendo entregues em São Luís, gerando emprego e renda, aquecendo a economia, desenvolvendo a cidade e permitindo que milhares de famílias maranhenses realizem o sonho da casa própria. É a Força da Construção Civil no desenvolvimento do Maranhão.

Parceiros:



SINDUSCON-MA

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS
DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO MARANHÃO

www.sinduscon-ma.com.br

Mecanismos de desenvolvimento

Programas implementados pelo Sistema Indústria convergem com a política industrial do governo federal

Por Franci Monteles

A Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA) e a Secretaria de Estado da Indústria e Comércio (Sinc), que coordenam o Núcleo da Rede Nacional de Agentes de Política Industrial (Renapi) no Maranhão, discutem nos próximos dias em Brasília as demandas do estado para acesso da classe empresarial a instrumentos federais - mais de 180 no total - voltados para impulsionar o desenvolvimento industrial local. A Renapi está ligada à Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), que tem como objetivo disseminar informações sobre os instrumentos operacionais da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE).

Na realidade, alguns destes mecanismos (ver tabela na página seguinte) estão ao alcance dos empresários, mas muitos desconhecem os caminhos para acessar financiamentos; incentivos fiscais; programas de capacitação, de promoção comercial exportadora e de extensão tecnológica/consultoria direta na empresa; subvenção econômica, além de programas correlatos à Tecnologia Industrial Básica (TIB).

RECURSOS

O financiamento, que pode ser reembolsável ou não, conta com várias fontes. Os Fundos Setoriais são um exemplo

de financiamento a fundo perdido, ou seja, com recursos aportados pelo governo federal sem exigência de pagamento posterior pela empresa beneficiada. Por meio dele, instituições científicas e tecnológicas podem realizar projetos em parceria com empresas privadas. Outra fonte é o Fundo de Desenvolvimento Tecnológico (FUNTEC), operado pelo BNDES, que entra com uma participação de no máximo 90% do valor total do projeto. Têm acesso a estes recursos as instituições científicas e tecnológicas que desenvolvam projetos articulados com empresas.

Há também os investivos fiscais, relacionados à PITCE, assegurados por diversas leis que proporcionam a redução de Imposto de Renda (IR), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), PIS, COFINS para alguns investimentos, como aquisição de máquinas e equipamentos, pesquisas, desenvolvimento e inovação (PD&I), e outras atividades/investimentos. Lei do Bem, Lei da Inovação e Lei de Informática são alguns dos dispositivos legais.

“Semelhante ao financiamento a fundo perdido, a “subvenção econômica” também não requer reembolso por parte do beneficiário (instituição) e atende às modalidades de recursos para pesquisa e desenvolvimento tecnológico e remuneração de pesquisadores na empresa”,



Gomes aponta ainda os programas de capacitação de mão-de-obra implementados pelo Sistema Indústria, por meio do Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial). “Embora estes programas sejam formulados e implementados pelo Sistema Indústria e não por órgãos do governo federal, cada vez mais eles buscam convergência com as diretrizes da Política Industrial e as necessidades de crescimento do país”, avalia. No que se refere à capacitação

empresarial, destaque para as ações do SEBRAE (nos âmbitos nacional e estadual) de apoio aos micro e pequenos empresários.

Por fim, com o objetivo de promover a melhoria da competitividade de micros, pequenas e médias empresas (MPME), a PITCE tem como instrumento os programas de extensão tecnológica. A idéia é estimular a cultura empresarial para o uso de serviços de extensão tecnológica como apoio às atividades de gestão, produto ou processo. O Programa de Apoio Tecnológico à Exportação (Progex) e o Programa de Extensão Industrial Exporta-



INSTRUMENTOS RELACIONADOS

FINANCIAMENTO

Pode ser de duas modalidades básicas: reembolsável (taxas de juros diferenciadas). Exemplos: Programa Inovação Produção, com objetivos de estruturar áreas de inovação dentro das empresas; Programa “Juro Zero”, operado pela FINEP em parceria com instituições estaduais; e não-reembolsável ou a fundo perdido (aportados pelo governo federal e não exige pagamento). Exemplo: Fundos Setoriais para instituições científicas e tecnológicas que executam projetos tecnológicos em parceria com empresas privadas; Fundo de Desenvolvimento Tecnológico (FUNTEC) operado pelo BNDES, destinado a apoiar projetos estratégicos para o país com ênfase em: energias renováveis a partir de biomassa, software e soluções biológicas para o desenvolvimento da agropecuária, medicamentos e insumos para doenças negligenciadas e fármacos obtidos por biotecnologia avançada.

INCENTIVOS FISCAIS

Constantes na Lei do Bem, Lei da Inovação e Lei de Informática. Reduzem os tributos referentes a Imposto de Renda (IR), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), PIS, COFINS para

alguns investimentos como aquisição de máquinas e equipamentos, atividades de pesquisa, desenvolvimento, inovação (PD&I) e outros.

SUBVENÇÃO ECONÔMICA

Dividida em duas modalidades: recursos para pesquisa e desenvolvimento tecnológico na empresa, visando estimular a inovação tecnológica por intermédio das agências de fomento de ciência e tecnologia (estimulados pela Lei de Inovação); remuneração de pesquisadores na empresa, instituída pela Lei do Bem, auxilia o valor da remuneração de pesquisadores com títulos de mestres ou doutores, empregados em inovação tecnológica, garantindo até 60% para pessoa jurídica nas áreas de atuação das extintas SUDENE e SUDAM, e até 40% nas demais regiões.

PROGRAMAS DE CAPACITAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA E EMPRESARIAL

Instrumentos disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Exemplo: programas de qualificação profissional, por meio do Plano Nacional de Qualificação (PNQ). Em convergência com as diretrizes da PITCE, constam os

dora (PEIEX) são exemplos, ambos operados basicamente com recursos públicos federais. Para ter acesso a recursos dos dois programas, é necessário contrapartida da iniciativa privada, que pode ser subsidiada por parceiros como sindicatos, associações, prefeituras, grandes empresas, secretarias de estado, fundações de amparo à pesquisa e outros.

Na avaliação de Gomes, é importante que a iniciativa privada e o poder público conheçam as diretrizes da PITCE. Por isso o trabalho de disseminação da ABDI nos vários estados brasileiros. É de se esperar que o empenho das instituições para que o Maranhão possa utilizar tais instrumentos resulte no tão esperado desenvolvimento econômico.



À IMPLEMENTAÇÃO DA PITCE

programas de capacitação de mão-de-obra do Sistema Indústria, por meio do Senai; o Programa Educação para a Nova Indústria da CNI, com investimentos previstos da ordem de R\$ 10,4 bilhões até 2010. Na capacitação empresarial estão as ações implementadas pelo SEBRAE, de apoio aos micro e pequenos empresários.

PROGRAMAS DE EXTENSÃO TECNOLÓGICA/CONSULTORIA DIRETA NA EMPRESA:

Promover a melhoria da competitividade de micros, pequenas e médias empresas (MPME). Exemplos: Programa de Apoio Tecnológico à Exportação (Progex) e Programa de Extensão Industrial Exportadora (PEIEX). O primeiro apóia a adaptação de produtos ao mercado externo quanto à qualidade, processo produtivo, atendimento a normas técnicas, design, embalagens e outros, sendo executado por Núcleos de Atendimento Credenciados (instituição científica e tecnológica). O PEIEX estimula a competitividade das empresas; dissemina a cultura exportadora, amplia acesso a produtos e serviços de apoio do governo e setor privado, introduz melhorias técnico-gerenciais e tecnológicas, além de promover cooperação entre

as empresas. Ambos operam basicamente com recursos públicos, sobretudo federal, devendo ter contrapartida do empresário.

PROMOÇÃO COMERCIAL EXPORTADORA

Sob comando da APEX-Brasil, que desenvolve trabalho de promoção comercial dos produtos brasileiros. O objetivo é promover as exportações de produtos e serviços nacionais, consolidando a cultura exportadora. O acesso pode se dar por meio das entidades de classe.


PROGRAMAS CORRELATOS À TECNOLOGIA INDUSTRIAL BÁSICA (TIB)

Conduzido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, há 22 anos, o Programa TIB apóia ações nas áreas de metrologia, normalização, regulamentação técnica, avaliação de conformidade e tecnologias de gestão. Tem levado ao reconhecimento formal da competência técnica e da credibilidade de laboratórios e outras instituições brasileiras de certificação, favorecendo acordos bilaterais e multilaterais que impulsionam as trocas comerciais.

FONTE: RENAPI

Procuram-se *bons* estagiários

Bom desempenho durante o estágio pode ser o caminho mais curto até o mercado de trabalho



Os campos de estágio em todo o Brasil, apesar da perda estimada de 30% das vagas, deve ficar mais disciplinado com a aprovação do Projeto de Lei 993/2007 apresentado pelo governo e em tramitação na Câmara Federal. Para o Instituto Euvaldo Lodi (IEL), instituição do Sistema Indústria que trata da relação entre as empresas e o estudante, a legislação irá contribuir cada vez mais para que todos – instituições de ensino, empresas e estagiários - vejam o estágio como um ato educativo e não um negócio. Na prática, estudantes demonstram que estágios bem aproveitados podem levar seguramente a uma vaga no mercado de trabalho.

No Maranhão, até outubro, o IEL manteve 839 estudantes em estágios demandados dos setores público e privado, dos segmentos industrial e de serviços. No mesmo período, 6,31% deles carimbaram a carteira de trabalho na empresa onde estiveram como estagiários. Em geral, Administração, Contábeis, Direito, e em menor grau Turismo e História,

foram os cursos mais procurados pelas empresas.

A porcentagem de oportunidade de estágio do IEL não é maior na área industrial em virtude do grande número de indústrias que adotam processos próprios de contratação, além da falta de conhecimento dos benefícios do estágio por parte de outras, explica a coordenadora de estágio do IEL/MA, Michele Frota do Vale. “Se cada uma das nossas 2.500 indústrias contratasse apenas um estagiário, o campo de estágio seria ampliado”, calculou.

LEGISLAÇÃO

Depois de 30 anos, o debate sobre as regras de estágio para estudantes de nível superior, médio e técnico passa ser em função do Projeto de Lei 993/2007, em tramitação na Câmara Federal. A discussão está sendo acompanhada de perto por instituições como o IEL. Para Ricardo Romeiro, Gerente de Estágio do IEL Nacional, no entanto, o texto pode ser aperfeiçoado. Um dos pontos que precisam de ajuste é a limitação do número de estagiários nas micro e pequenas empresas. O substitutivo estabelece um estagiário para empresas com até cinco funcionários e dois para as que tenham de seis a 10 empregados. As empresas que têm entre 11 e 25 funcionários podem contratar no máximo cinco estagiários.

“Isso prejudicará especialmente as empresas de base tecnológica. O contato com os estudantes, que ajuda a manter o vínculo com as universidades e facilita a inovação, é fundamental para a competitividade dessas empresas”, observa Romeiro.

Por outro lado, o IEL defende a necessidade de alteração na Lei 6494/1977. “A lei em vigor dá brechas para a utilização de estagiários como mão-de-obra barata. A nova redação também delimita os deveres das instituições de ensino, das empresas e dos próprios estagiários, o que é um ganho porque disciplina a atividade”, esclareceu Michele Frota do Vale.

Outro ponto da legislação que deverá contribuir para a redução do campo de estágio é o aumento do desembolso por parte de quem contrata, já que o estagiário passa a

ter direito a férias e à redução da jornada de trabalho pela metade em época de avaliação na instituição de ensino a que está ligado. Para o IEL, a nova lei pode servir como um estímulo à adoção do estágio de forma mais consciente para trazer benefícios concretos à empresa e ao estudante. “O estágio é uma oportunidade de troca de experiências e por isso está vinculado com seu aprendizado, não devendo ser visto pelo estudantes apenas como uma fonte de remuneração”, finalizou a coordenadora de Estágios do IEL-MA.

Giselle Mendes, da área de Recursos Humanos e Desenvolvimento Organizacional da Merck no Maranhão, complementa que o Projeto de Lei ainda tem alguns pontos dúbios, mas que a revogação da lei de 1977 deverá contextualizar as exigências atuais do mercado de trabalho. ■

PRINCIPAIS MUDANÇAS NA LEI

Instituição de Ensino

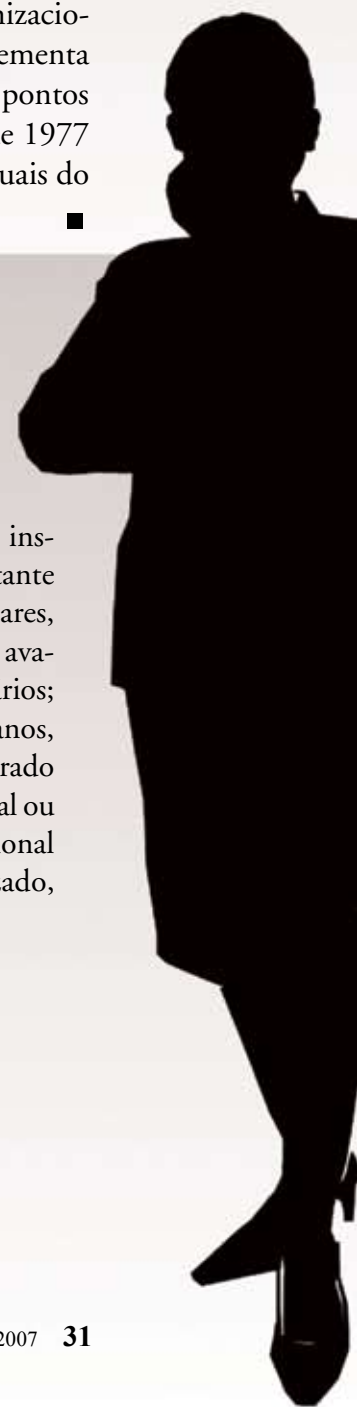
Terá que comunicar à concedente, no início do período letivo, o calendário definido para a realização das avaliações; indicar professor orientador c/ formação e experiência pessoal e exigir da concedente a apresentação periódica das atividades do estagiário e do aluno apresentação de relatório de atividades.

Concedente

Exigir relatórios semestral do estagiário; manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio; no desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com resumo das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação.

Estagiário

Jornada definida entre concedente, instituição de ensino, estagiário ou representante sendo compatível com as atividades escolares, reduzida à metade durante o período de avaliações, e vedada a compensação de horários; sua permanência na empresa será até 2 anos, tendo direito a recesso de 30 dias, remunerado quando receber bolsa e, se a duração for igual ou superior a um ano, o recesso será proporcional ao período estagiado, devendo ser utilizado, preferencialmente, nas férias escolares.



MELHORES PRÁTICAS DE ESTÁGIO

A estagiária Patrícia Raquel Lobato Durans, da Biblioteca Pública Benedito Leite, disputa a etapa nacional do Prêmio IEL de Melhores Práticas de Estágio. O Prêmio tem por objetivo identificar e divulgar as melhores práticas de estágio de forma integrada e participativa com as respectivas empresas, estagiários e instituições de ensino, levando-se em consideração a correlação teoria/prática, os resultados alcançados para as organizações, além da formação de profissionais diferenciados e competitivos.

Aluna do curso de História, Patrícia foi a responsável pela coordenação da pesquisa que resultou na publicação, em 2006, do Catálogo de Jornais Maranhenses da Biblioteca Pública Benedito Leite datados dos séculos XIX, XX e XXI. Este ano, a estagiária coordenou o trabalho de transcrição de manuscritos do século XVI até o início do século XX e que em uma ação inédita no país também resultará em uma publicação no próximo ano. “Acho que o meu diferencial

foi a dedicação e a iniciativa de estar à frente de alguns projetos”, disse a estudante de 25 anos que ainda nem formou mas já pensa no doutorado e na carreira de pesquisadora.

Para a Diretora

Técnica da Biblioteca Benedito Leite e Coordenadora de Estágio, Aline Carvalho do Nascimento, o estagiário precisa ser empreendedora e isso significa ter responsabilidade, comprometimento e saber expor suas idéias com participação nas decisões da instituição. “A Patrícia tem a paciência de uma pesquisadora e o embasamento teórico de que precisa para a função. O nosso trabalho é aliar conteúdo curricular à prática do estudante”, disse a bibliotecária.

José Silva Sobral Neto, 28, não está entre os ganhadores do Prêmio Melhores Práticas de Estágio, mas bem que poderia. Em apenas dois anos e depois de cinco promoções, ele passou de estagiário a Gerente Jurídico da Cemar. Ele chegou a ser aprovado em concurso público, mas optou em seguir no setor privado. “Aqui dentro sempre fui muito motivado e as possibilidades de crescimento são grandes”, frisou o advogado. Para os que têm a possibilidade de um estágio ele deixa um conselho: “Não encare o estágio apenas como pré-requisito para a formatura. Aproveite enquanto você pode errar e seja engajado”, destacou.

Oportunidades como essa são confirmadas pela Gerente de Desenvolvimento de Gente da Cemar, Karlla Fernanda Lins Leitão. Ele explica que o Programa de Estágio visa formação de mão-de-obra qualificada para a empresa e sempre que há uma vaga para alguém em início de carreira a primeira opção é pelo estagiário. Uma das novidades implementadas este ano pela empresa é que ao final do estágio o estudante terá a possibilidade de elaborar um projeto que proponha melhorias na sua área de atuação. É a empresa aproveitando novas idéias e se reciclando.



Felipe de Holanda *

Maranhão do século XXI



A. BAËTA

No documento Plano Estratégico de Desenvolvimento Industrial do Maranhão vemos apontados os vetores estratégicos para permitir a aceleração (em muitos casos, a desobstrução) do desenvolvimento econômico do estado, que são, de um lado, ações no sentido da ampliação da competitividade sistêmica (educação, capacitação, capacidade de pesquisa e inovação, infra-estrutura social, entre outros) e, de outro, ações no sentido do chamado adensamento das cadeias produtivas e agregação de valor, que se destinam a aproveitar as vantagens competitivas existentes no estado (logística, recursos naturais, terras agricultáveis, etc.) para fomentar a elevação de investimentos capazes de preencher lacunas existentes na cadeia de produção.

No que diz respeito ao adensamento das cadeias produtivas, a estratégia proposta parte do reconhecimento de que hoje alguns dos setores mais dinâmicos da economia do estado poderiam gerar muito mais empregos, renda e tributos, caso uma parcela das *commodities* hoje exportadas passasse por um processo de transformação e agregação de valor localmente. Dentro dessa perspectiva, é de ressaltar a ênfase dada no documento à necessidade de articular ações estratégicas de fomento às atividades com forte geração de emprego.

O Plano Estratégico aponta, acertadamente, a questão da melhora da competitividade sistêmica como o eixo fundamental que deve articular as ações estratégicas. O conceito de competitividade sistêmica implica em considerar também os fatores de contexto em relação ao

empreendimento, como, por exemplo, o nível de escolarização da população, a sustentabilidade ambiental, as sinergias tecnológicas, entre outras. Nosso propósito é acrescentar alguns aspectos importantes relacionados à questão:

Em primeiro lugar, precisamos capacitar profissionais especializados na elaboração de projetos de financiamento. O estado não consegue hoje absorver a totalidade de recursos disponíveis para projetos prioritários de infra-estrutura em agências multilaterais (Banco Mundial, Governo do Japão, entre outros), em função, às vezes, da mera incapacidade de apresentar no prazo previsto um projeto no formato específico. Em segundo lugar, a questão do trânsito: graças ao fenômeno do crédito, a frota de automóveis em São Luís e demais cidades de porte do estado se expande hoje à taxa de 8% ao ano (dobrará em 7 anos!). Esta é uma questão estratégica que demandará planejamento e a articulação de investimentos de grande porte em obras viárias.

Finalmente, a questão da Segurança: No Maranhão, a velocidade da elevação dos indicadores de violência é assustadora. Uma das consequências é a intensificação do êxodo rural em função da rápida incorporação à agricultura comercial de amplas áreas do estado, antes sob o controle da agricultura familiar. Pois é, quem diria:, no Maranhão do século XXI a questão fundiária se converteu em um obstáculo à elevação da competitividade sistêmica! ■

** Felipe de Holanda é professor do Departamento de Economia da UFMA*

Bravo!

A formação de platéia é alvo de diversos projetos em São Luís

Trabalho que valoriza a audição de bons espetáculos a partir de um leque variado de expressões artísticas, com o objetivo de levar o indivíduo a compor um público, a formação de platéia é alvo de alguns projetos em São Luís. Música, artes plásticas, teatro, dança e literatura permeiam atividades que acontecem o ano inteiro, com entrada franca ou a preços populares em espaços como o Teatro Arthur Azevedo, o Palacete Gentil Braga e a Escola de Música Lilah Lisboa. A maioria dos realizadores e artistas acredita que as opções poderiam ser mais numerosas e que o patrocínio deveria ser mais polpudo, até por tratar-se de uma mega-produção em termos de investimento e tempo de duração.

E para receber aplausos da comunidade e compor um novo cenário de parcerias, algumas empresas já acenam positivamente mostrando esperança do outro lado da coxia. A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e o Consórcio Alumiar, por exemplo, saíram na frente e hoje patrocinam, respectivamente, eventos como o Vale um Papo Cultural, do Laborarte, e o Programa de Apoio às Artes Plásticas, do Departamento de Assuntos Culturais da UFMA.

“É preciso lembrar que 86% de todo o investimento feito em cultura no Brasil, via Lei Rouanet de incentivo (do Ministério da Cultura), fica no Sul e Sudeste. Os outros 12% vão para o restante do país e o Nordeste é o que menos recebe desse bolo. Acho que isso se deve ao fato de as empresas não serem sediadas na região. Não tem como fugir muito dessa

realidade. Hoje, está até mais fácil que antes, quando as empresas não tinham esse tipo de preocupação”, afirma Euclides Moreira Neto, diretor do Departamento de Assuntos Culturais da UFMA, que tem como sede o Palacete Gentil Braga.

Com 16 projetos no calendário da casa, hoje o diretor obtém patrocínio para a maioria ou então divide o capital de três ou quatro beneficiados entre os demais. E ele explica: “O Programa de Artes Plásticas é uma parceria com a Alumiar, que nos repassa anualmente 10 parcelas de R\$ 3 mil, somando R\$ 30 mil/ano. Em algumas ocasiões, para cumprir o calendário, usamos parte desse dinheiro para apoiar outros eventos. Um caso desses foi o Festival Maranhense de Poesia (Poemará), que este ano chegou à 31ª edição, mas não obteve ajuda financeira”, declarou Moreira Neto. No projeto de artes, o dinheiro é usado para pagar o coquetel servido na inauguração da exposição e os convites em policromia.

Parece pouco, mas é muito para o produtor cultural Moreira Neto, que há 20 anos busca disseminar a cultura em terras timbiras e conhece bem as deficiências da área. “Não tenho a menor dúvida que o trabalho que nós fazemos contribui para a formação de platéia, pois o próprio respaldo que a gente recebe da comunidade é indicador forte disso. Nossa juventude precisa de mais ações na área cultural”, declara o diretor do DAC, lembrando que a última edição do Festival Guarnicê de Cinema, em junho, teve público superior a 10 mil pessoas

e que o Festival Maranhense de Poesia lotou o Teatro João do Vale (em cinco eliminatórias) e o Arthur Azevedo (na final). Entre as apoiadoras mais constantes, está a CVRD, que contribui no Guarnicê e no Festival Maranhense de Coros (Femaco), entre outros.

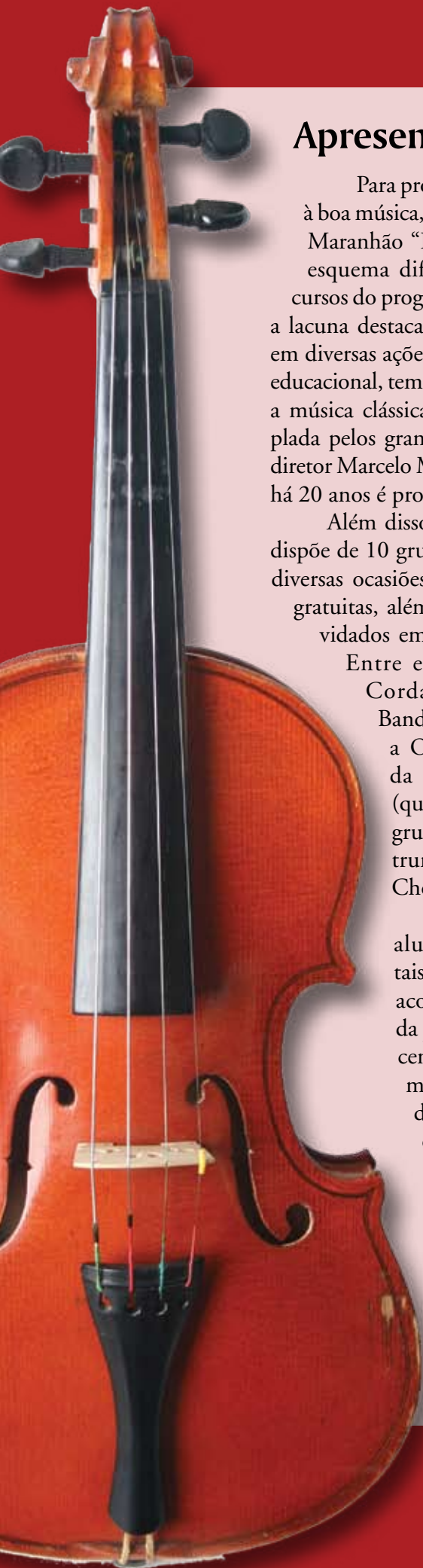
ESSENCIAL

Nerine Lobão tem a mesma opinião. A diretora do Teatro Arthur Azevedo, onde 80% da produção apresentada na atualidade é local, afirma que o trabalho de formação de platéia é essencial para incentivar o gosto pela arte. “A experiência tem nos provado que o público é arredio com a produção maranhense, mas tem confiança na qualidade quando o espetáculo é de fora. Então, temos que arrebanhar a platéia local para o teatro e, para isso, fazemos um trabalho de educação, que não pode ser de curto prazo. É o mesmo que o Reinaldo Faray fazia quando produzia seus espetáculos anualmente. Hoje, a geração de 30 a 50 anos que vemos no teatro é produto desse seu trabalho”, argumenta ela, destacando que a mesma preocupação existe

nos teatros Alcione Nazaré e João do Vale (que por anos seguidos sediou o Festival Maranhense de Teatro Estudantil).

Visando a formação de platéia, o calendário do Arthur Azevedo destaca eventos anuais, que objetivam manter o público em contato com a produção maranhense e brasileira. Na lista, estão a Semana de Dança (em março), a Semana de Teatro (junho), a Semana da Criança (outubro) e a Semana da Música (novembro), a maioria realizada desde 2005. A preocupação com o jovem alavanca um projeto de mobilização de alunos de 17 escolas do entorno da Casa, no Centro Histórico de São Luís.

Para o público iniciante, também são oferecidos cursos de teatro, dança, piano e canto. Boa parte dos alunos é garantida por meio de um convênio com a Secretaria de Estado da Educação. Atualmente, o teatro não recebe qualquer tipo de patrocínio e todas as atividades são bancadas com apoio da Secretaria de Estado da Cultura. Hoje, são gastos cerca de R\$ 150 mil só com os serviços de manutenção do espaço.



Apresentações gratuitas para seduzir o público

Para produzir ouvidos atentos à boa música, a Escola de Música do Maranhão “Lilah Lisboa” tem um esquema diferenciado. Além dos cursos do programa, busca preencher a lacuna destacando a música erudita em diversas ações. “O nosso objetivo é educacional, temos a missão de difundir a música clássica, que não é contemplada pelos grandes meios”, declara o diretor Marcelo Moreira, violonista que há 20 anos é professor da Emem.

Além disso, a Escola de Música dispõe de 10 grupos musicais, que em diversas ocasiões fazem apresentações gratuitas, além de tocar como convidados em eventos pela cidade.

Entre eles, a Orquestra de Cordas da Emem, a Big Band (orquestra de sopro), a Orquestra de Violões da Emem, o Marabass (quinteto de sopro) e os grupos de chorinho Instrumental Pixinguinha e Chorando Calado.

A formatura dos alunos é feita em recitais abertos ao público e acontecem no auditório da própria escola. “Ao incentivar os grupos nesses momentos de concertos didáticos estamos pon-do em prática nossa política de formação de platéia. Durante as apresentações dos grupos são dadas explicações sobre os instrumentos, sobre as músicas, sua história e ou-

tros detalhes”, observa o diretor.

E se a Companhia Vale do Rio Doce está em cena apoiando 19 projetos culturais, algumas entidades estão em busca da ribalta. É o caso do Serviço Social da Indústria (Sesi), que visualiza com bons olhos o investimento no setor. A intenção é beneficiar uma platéia específica: os trabalhadores da indústria.

“O Sesi tem interesse em desenvolver trabalho nessa área. Ano que vem vamos dar um *up grade* nas atividades e um dos projetos é o de formação de platéia para oferecer cultura ao trabalhador, pois isso já vem sendo feito nas unidades da Bahia e em outros estados com um efeito surpreendente”, adianta Rodrigo Nascimento, gerente de Lazer do Sesi.

O projeto segue duas linhas de ação. Na primeira, serão comprados ingressos de espetáculos e outros eventos em espaços de São Luís e disponibilizados aos funcionários das empresas. Na outra, a própria entidade sediaria apresentações de peças e shows. “Nossa intenção é favorecer a acessibilidade à arte, pois sabemos que há uma grande carência nessa área”, observa Rodrigo Nascimento.



A Nova Fronteira.



MARANHÃO. Um Estado pronto para o seu investimento.



De tempos em tempos surge uma nova região que atrai os olhos dos investidores do país. Foi assim ao longo da nossa história: na corrida pelo ouro das Minas Gerais, pelo café do interior paulista, pelo açúcar do nordeste, pela borracha do norte, pela construção de Brasília, pela agroindústria do centro-oeste. Hoje, as oportunidades apontam para o centro-norte, uma região em franco desenvolvimento, onde podemos destacar o Maranhão, que além de suas fronteiras com o Tocantins, no portão da Amazônia, possui o segundo maior litoral do país. Com uma infra-estrutura portuária, de estradas de ferro e rodovias, o Maranhão está pronto para escoar não só a sua produção, mas a de todo o centro-norte do Brasil. Turismo, indústria, agronegócio, comércio, seja qual for o interesse econômico, o Maranhão tem as oportunidades para fazer seu investimento render.



MEMÓRIA

1893

Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão



Implantada em Codó, a Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão se tornou mais um exemplo da “febre” industrial que acometeu os empresários maranhenses no final do século XIX. Apesar dos receios e críticas da época, o ano de 1893 marcou a data de inauguração de mais três fábricas para o aproveitamento do algodão, estancado com o fim da Guerra de Secessão norte-americana: a Companhia Fabril Maranhense, à Companhia de Fiação e Tecidos Rio Anil, em São Luís, e à Companhia Manufatura de Caxias e Sanharó, também em Caxias. Os empresários visavam a possibilidade de desencilhar a produção com produtos beneficiados que pudessem atender os mercados próximos do Nordeste e Amazônia.

Para o Brasil crescer a, indústria está investindo no que tem de melhor: as pessoas.

Educação para a Nova Indústria.

Uma ação para o desenvolvimento sustentável do Brasil



O SESI e o SENAI há mais de 60 anos investem em educação básica, formação profissional, capacitação de docentes, pesquisas e modernas tecnologias. Mas, para tornar a indústria cada vez mais competitiva, acompanhando a velocidade da incorporação de novas tecnologias à população, a Confederação Nacional da Indústria lança agora o programa EDUCAÇÃO PARA A NOVA INDÚSTRIA, o mais amplo e ousado projeto que investirá R\$ 10,5 bilhões nos 27 Departamentos Regionais do SESI e SENAI até 2010.

No Maranhão, o SESI estará ofertando mais de 26 mil matrículas em Educação Básica de Crianças, Jovens e Adultos. O SENAI, por sua vez, ofertará 81.686 matrículas em formação Inicial e Continuada de Trabalhadores e Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Para atingir as metas acima citadas, serão feitos investimentos maciços em formação continuada de todos os docentes, técnicos e gestores; na atualização e modernização da rede física e tecnológica em unidades da capital e do interior; e em inovação, com a implantação de 5 unidades do SESI Indústria do Conhecimento em São Luís e no interior; dentre outras ações estruturantes.



**Educação para a
Nova Indústria**

CNI SESI SENAI
FIEMA SESI SENAI



Prêmio SESI Qualidade no Trabalho

Construindo uma indústria socialmente responsável

Parabenizamos
as empresas
vencedoras do
Prêmio SESI
Qualidade no
Trabalho 2007
Etapa Estadual



**Micro
Empresa**



**Pequena
Empresa**

**Vencedora Etapa
Estadual e Regional**



**Média
Empresa**



**Grande
Empresa**

Apoio



Ministério do
Trabalho e Emprego



Realização

